

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 2/2015

Sessão Extraordinária realizada em 2015/04/25



----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas onze horas, no Edifício Pirâmide em Abrantes, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Abrantes, presidida por António Lucas Gomes Mor, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Primeiro Secretário Manuel Duarte dos Santos e pela Segunda Secretária Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana. -----

-----  
-----  
**Assiduidade** – (doc. 1) -----  
-----  
-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão Solene Comemorativa do 25 de abril, subordinada ao tema “**25 de Abril – 40 anos de Constituição da República Portuguesa**”, com as intervenções de: -----  
-----

- Constitucionalista, Pedro Bacelar Vasconcelos – referindo o momento difícil que o nosso país está a atravessar e a importância do 25 de Abril e da sua celebração; -----

- Senhora Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque; (doc. 2) -----

Senhores Deputados Municipais: -----

- José Vasco Matafome (CDS-PP) – mencionando este 25 de Abril como uma marca de viragem;-----

- Armindo Rodrigues Silveira (BE); (doc. 3) -----

- Luís Miguel Pires Lourenço (CDU); (doc.4) -----

- Ana Margarida Almeida Pinho Neno Togtema (PSD); (doc. 5) -----

- Jorge do Carmo Beirão (PS); (doc. 6) -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 2/2015

Sessão Extraordinária realizada em 2015/04/25

e, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes, António Lucas Gomes Mor. (doc. 7) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a participação de todos dando por encerrados os trabalhos, pelas catorze horas. -----

O Presidente da Assembleia



António Lucas Gomes Mor

O 1º. Secretário



Manuel Duarte dos Santos

A 2ª. Secretária



Isilda Manuela Gomes Santos Alves Jana

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

(Assiduidade)

ÓRGÃOS	ORDEM	PARTIDO	ELEITOS	Sessão Extraordinária 25 de abril de 2015	Presença	Falta	Situação
CÂMARA MUNICIPAL	1	PS	Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque		✓		
	2		Manuel Jorge Sêneca Luz Valamatos Reis		✓		
	4		Celeste Maria Ferreira Riachos Simão		✓		
	6		João Carlos Caseiro Gomes		✓		
	7		Luís Filipe Correia Dias		✓		
CÂMARA MUNICIPAL	3	PSD	Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório		✓		
	5	CDU	Avelino Manuel Conceição Manana		✓		
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	6	PS	António Lucas Gomes Mor		✓		
	2		Manuel Duarte dos Santos		✓		
	4		Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana		✓		
	8		Francisco José Vilela Mendes		✓		
	9		Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel		✓		
	12		António Manuel Godinho Paulo (substituição)		-	S	Substituição
	15		Jorge do Carmo Beirão		✓		
	16		Maria da Piedade Dias Fernandes Pinto (substituição)		-	S	Substituição
			Alfredo Moreira dos Santos		-	F	Justificada
	19		Sónia Maria de Matos Pedro		✓		
	20		Celso José Pacheco da Silva		✓		
	Lista		Elisabete Vieira Matias Aragão Furtado Pereira (substituta)		✓		
			Afonso Duarte Morgado Heleno Costa (substituto)		✓		
	3	PSD	Ana Margarida Almeida Pinho Neno Togtema		✓		
	7		Ana Maria Ruiz Filipe Rico (substituição)		-	S	Substituição
	14		Diogo João Ferreira Valentim		✓		
	17		José Miguel Antunes Martins Vitorino		✓		
			João Gonçalves da Silva Teodoro		✓		
			Justino João Lopes Ferreira Carraço (substituto e renúncia)		-	RM	Renúncia
		CDU	Ana Sofia Chambel Dias (substituta)		✓		
	5		Elsa Cristina Guerreiro Lopes (substituição)		-	S	Substituição
	11		Luís Miguel Pires Lourenço		✓		
			José Augusto das Neves Dias		✓		
			Ana Paula de Amaral e Rodrigues do Carmo (substituta e substituição)		-	S	Substituição
	18		Pedro Miguel Afonso de Campos Amaro (substituto)		✓		
	Lista	BE	Armindo Rodrigues Silveira		✓		
	13	CDS-PP	José Vasco de Lacerda Ruivo Matafome		✓		
JUNTAS DE FREGUESIA		PS	Manuel João Salvador Alves	JF Bemposta	✓		
			Luís Serras Vermelho	JF Carvalhal	✓		
			Sónia Cristina Brunheta Campos Alagoa	JF Fontes	✓		
			Maria Teresinha Conceição Garcia Barreiro	JF Martinchel	✓		
			M. Florinda F.S. Salgueiro	JF Pego	✓		
			Vítor Hugo Braz Vicente Cardoso	JF Tramagal	✓		
			Bruno Jorge Vicente Tomás	UF Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	✓		
			José Manuel Rodrigues Felício	UF Alvega e Concavada	✓		
			António Martins Campos	UF São Facundo e Vale das Mós	✓		
			Luís Teixeira Alves	UF São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	✓		
		PSD	Rui Manuel Vasco André	JF Rio de Moinhos	✓		
			Álvaro Manuel Paulino	UF Aldeia do Mato e Souto	✓		
		CDU	Maria Teresa Matos Santos Dinis	JF Mouriscas	✓		

- RM** Renúncia de Mandato
- S** Pedido de Substituição
- SM** Suspensão de Mandato
- F** Falta Justificada



(doc. 2)

Comemoramos hoje, felizmente mais uma vez, o Dia em que a Liberdade foi devolvida aos Portugueses pela atitude heroica dos militares e de Salgueiro Maia símbolo desse movimento!

Para todos aqueles que estamos investidos de responsabilidades institucionais, comemorar uma data, comemorar um acontecimento, na generalidade dos casos, não passa dum formalismo respeitável ditado por protocolo, um lugar-comum ou uma rotina entre tantas outras obrigações justificadas pelo Estado e pela nossa Comunidade.

Mas esse não é o caso do dia de hoje!

Hoje celebramos a Liberdade, a afirmação da Cidadania nos seus direitos e deveres!

Tal como nos transmitiu Sophia de Mello Breyner Andresen sobre o 25 de Abril:

*Esta é a madrugada que eu esperava*

*O dia inicial inteiro e limpo*

*Onde emergimos da noite e do silêncio*

*E livres habitamos a substância do tempo*

Embalados nas suas palavras celebramos a responsabilidade de sermos Portugueses e Europeus num Mundo que é cada vez mais Global.

Celebramos 40 anos sobre a realização das primeiras eleições verdadeiramente livres realizadas em Portugal depois de uma ditadura de meio século.

Estas eleições tinham como objetivo formar a Assembleia Constituinte

Num colégio eleitoral de 6 321 372 eleitores, dos quais 29% analfabetos votaram 5 711 829 votantes (91, 66% de participação).

Uma participação excecional que se justificava pela enorme expectativa dos cidadãos em puderem dar o seu contributo para a construção do seu futuro através da eleição de 250 deputados que tinham como missão elaborar uma nova Constituição, essa Lei Fundamental onde ficaria impresso o desejo de um País renascido, um País resgatado da opressão.

Em 5 de Junho de 1975 foi eleita a Mesa da Assembleia Constituinte sob a Presidência de Henrique Teixeira Queirós de Barros.

Os deputados concluíram os trabalhos, a 2 de Abril de 1976 com a votação e aprovação do texto Constitucional.

Na sessão de encerramento estiveram o Presidente da República General Costa Gomes, o Primeiro-Ministro Vice-Almirante Pinheiro de Azevedo, o representante do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Almirante Silva Cruz e o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça Juiz Conselheiro Almeida Borges.

Tiveram as intervenções finais o Presidente da Assembleia Constituinte Henrique de Barros e o Presidente da República Costa Gomes, tendo este assinado o decreto de promulgação da Constituição.

Portugal tinha uma nova Constituição, tínhamos formalizado o instrumento fundamental para ditar os caminhos do seu Futuro, tal como é referido logo no seu preâmbulo:

*“ A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.”*

Abrantes participou neste processo através do saudoso Manuel Pereira Dias cidadão de referência para a nossa comunidade e que foi eleito pelo círculo de Santarém.

A Constituição então aprovada consagrou no seu artigo 237º “as Autarquias Locais como integrantes da organização democrática do Estado”, tendo estas iniciado o seu funcionamento legitimado pelo voto popular a partir das eleições autárquicas que se realizaram em 1977.

Esta, para além de muitas outras, foi a janela de oportunidade que se abriu para um futuro de esperança para os Portugueses, sobretudo para aqueles que vivem em áreas geográficas mais isoladas.

Quando perguntaram a Natália Correia o que é que ficou da revolução do 25 de Abril.

Ela respondeu que ficou uma grande disponibilidade para as pessoas se organizarem.

E foi isso que aconteceu com a consolidação do Poder Local Democrático!

Nesse percurso constitucional, tal como já tenho referido por diversas vezes, o Poder Local Democrático, através da ação dos municípios e freguesias, foi fundamental para as populações, deixando marcas positivas na defesa dos seus interesses e no processo de desenvolvimento que transformou o nosso País, levando a educação, o apoio social, a proteção ambiental, a cultura, o desporto, a qualidade de vida à proximidade dos cidadãos, conferindo uma abordagem de equidade e redução da desigualdade de oportunidades entre cidadãos numa expressão fundamental desses princípios basilares exigíveis em Democracia.

A política de proximidade exercida pelas autarquias locais, ao nível dos municípios e das freguesias, é a marca da diferença e justifica muitos dos resultados alcançados neste



anos de poder local democrático, apesar de todos os erros inerentes ao processo de aprendizagem que este percurso significou.

Nos tempos que correm, e no contexto político que vivemos no nosso País e na Europa, esse papel é mais relevante que nunca.

Neste País, em que o Governo trata os seus cidadãos apenas como elementos estatísticos, abandonando as populações e os territórios em função da sua expressão demográfica, em que o serviço público é de forma deliberada e sistemática desmantelado para ser entregue aos privados, ou pura e simplesmente extinto, a nossa ação em defesa dos interesses das populações é a última esperança, o último reduto de salvaguarda dos mais vulneráveis e daqueles que ainda não desistiram do sonho empreendedor e acreditam num futuro melhor.

Temos a obrigação de continuar a defender a nossa Constituição dos ataques deliberados produzidos por quem quer entregar-nos à ditadura dos mercados e das mais-valias em detrimento da defesa do interesse das pessoas.

Aqueles que na defesa de uns quantos privilegiados põem em causa a coesão social e o desenvolvimento equilibrado e justo do nosso País.

Aqueles que são indiferentes ao respeito pelo direito à dignidade que todos os seres humanos merecem.

Infelizmente no nosso País cada vez é mais frequente o desrespeito por essa dignidade a nível individual, mas também das comunidades, arrastando muitos dos nossos concidadãos para limiares de pobreza e sofrimento de que já nos tínhamos esquecido.

Parece que alguém se esqueceu de Abril!!!

As pessoas têm de estar no centro das nossas preocupações e a coesão social tem de ser uma marca diferenciadora da nossa ação política de forma a garantir uma sociedade mais justa e equilibrada.

Obrigado a todos os que de forma empenhada e determinada têm dado o seu contributo neste percurso que é de afirmação da liberdade, garantia de desenvolvimento e justiça social, de valorização dos princípios de cidadania!

Todos os que acreditam que não podemos deixar de lutar por um Futuro mais Feliz!

Tal como dizia a nossa conterrânea Maria de Lurdes Pintassilgo:

*"Se queremos um Futuro melhor, o Futuro começa hoje e está nas nossas mãos"*

Obrigado!

Maria do Céu Albuquerque

Sessão extraordinária Assembleia Municipal de Abrantes-25 de Abril de 2015

(doc.3)

41º Aniversário do 25 de Abril de 74, 39 anos da Constituição da República Portuguesa

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Secretário e Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

Sra Presidente da Câmara

Sras. e Srs. Vereadores

Sras. e Srs. Deputados Municipais

Srs Presidentes de Juntas de Freguesia

Sras. e Srs. Convidados

Orgãos da Comunicação Social e público em geral

Minhas Senhoras e Meus Senhores



Bons dias a todos

Em nome do Bloco de Esquerda presto homenagem a todos os militares que estiveram envolvidos no 25 de Abril de 1974 e que, com empenhamento, abnegação, coragem e determinação, contribuíram para o derrube da ditadura fascista e trouxeram esperança num futuro com dignidade para as portuguesas e para os portugueses.

*A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.*

*Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.*

*A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.*

*A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.*

A actual Constituição da República Portuguesa, foi aprovada no dia 2 de Abril de 1976 entrando em vigor no dia 25 de Abril do mesmo ano. "A CONSTITUIÇÃO DE 1976" - constituição do antifascismo e da descolonização - foi revista em 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005.

As revisões de 1982 e 1989 eliminaram as expressões referentes ao socialismo como construção da sociedade. Ambas tiveram os votos favoráveis do Partido Socialista que se desvinculou, por



esta via, do socialismo que a par do princípio democrático, era um dos princípios estruturantes do nosso normativo constitucional.

A revisão de 1989 abriu, também, o caminho para a reprivatização de muitas empresas do sector empresarial do Estado que haviam sido nacionalizadas em Abril de 1974. E, assim, passados escassos quinze anos da Revolução, velhos grupos económicos dominantes no Estado Novo e outros novos recém surgidos em cena, adquiriram monopólios com tal dimensão, constituídos aquando das nacionalizações, e nem mesmo Salazar tinha, alguma vez, permitido consolidar.

PS, PSD e CDS servem-se na farta mesa do Estado e dos fundos comunitários e o trânsito é permanente entre política e negócios. Para muitos, a ascensão social é meteórica auferindo rendimentos nunca antes sonhados. As negociatas proliferam, seja nas privatizações rentáveis, na atribuição de rendas garantidas ou na subscrição de fundos ruinosos que oneram o erário público e reduzem as receitas do Estado, cada vez mais, só aos impostos cobrados aos contribuintes. Perante a conivência das entidades reguladoras, desfila perante nós, um rol interminável de casos de corrupção, de compadrio e mediocridade, onde impera a cultura da impunidade. As famílias e as pequenas e médias empresas são fustigados com uma tal violência fiscal que hipoteca qualquer esperança no futuro, pelo que comemorar o 25 de Abril de 1974, significa redobrar o caminho da luta em defesa de direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Comemorar o 25 de Abril de 1974 significa denunciar todas as injustiças e arbitrariedades que retiram o direito à saúde, à segurança social, ao emprego, à escola pública, à justiça, à liberdade e à democracia.

Uma em cada 3 crianças vive em risco de pobreza e é muito elevado o número daquelas que chegam à escola com fome.

Há mais de meio milhão de portuguesas e de portugueses sem emprego e sem acesso a qualquer tipo de apoio estatal. A taxa real de desemprego atingiu 23,8% o que significa que cerca de um milhão e duzentos mil portuguesas e portugueses se encontram nesta situação. O desemprego dos jovens atingiu os 35% e está a subir ininterruptamente desde Outubro de 2014.

A dívida pública dos 107,2% do PIB em 2011, ultrapassou os 130% no final de Março de 2014.

A percentagem de população residente em risco de pobreza e de exclusão social tem vindo a aumentar, tendo atingido 27,5% em 2013 e estimando o INE que tenha havido aumento em 2014.

O número de trabalhadoras e de trabalhadores que ganham o salário mínimo nacional, duplicou entre 2005 e 2014.



3

A situação relativamente aos idosos continua a agravar-se; cerca de 600 mil estão desnutridos e apenas 21% tomam suplementos alimentares para compensar a falta de nutrientes. São muitas e muitos os que comem apenas  $\frac{1}{4}$  do que deviam ter como refeição no seu prato. Os idosos portugueses são dos mais pobres da Europa e a média das pensões está muito abaixo dos valores mínimos necessários para as despesas que têm que suportar.

41 anos depois do 25 de Abril de 1974 temos a democracia prisioneira pelas políticas da União Europeia e pelas imposições do Tratado Orçamental, colocando em causa o futuro das pessoas, do Estado e das suas funções sociais. Em alternativa a este plano de destruição do Estado Social, coloca-se a necessidade da reestruturação da dívida, em rotura com as políticas de austeridade e o Tratado Orçamental, como resposta urgente à crise social, ao investimento económico e ao emprego.

No presente ano teremos oportunidade de encontrar respostas e soluções necessárias e indispensáveis para inverter o rumo dos acontecimentos. Saibamos, pois, fazer escolhas que contribuam para um futuro com dignidade e justiça social.

No Concelho de Abrantes, o executivo municipal quando deveria assumir as suas responsabilidades, manipula e esconde-se, talvez, imaginando que as entidades superiores também não cumprem com os seus deveres que a Constituição estipula. Quero agora falar da ETAR dos Carochos e dos efluentes cobrados, aos munícipes, sem serem tratados; da manipulação sobre a origem da mortandade de peixes no açude e das avarias do mesmo; do misterioso abatimento na zona industrial norte; da relação privilegiada com grupos empresariais externos muito em voga em detrimento de outros do concelho que acabaram por falir; do desordenamento florestal que permitiu a proliferação da monocultura do eucalipto; da precariedade laboral promovida pela CMA. Falo da inercia perante a retirada de serviços essenciais às populações mais afastadas; do continuo decréscimo demográfico em todas as freguesias, exceptuando a da cidade, e, conseqüente desertificação; da discriminação negativa dos comerciantes que não estão instalados no Centro Histórico; do futuro sombrio deste concelho, por causa do gravíssimo problema da redução da natalidade implicando redução substancial dos jovens e da população activa até aos 65 anos, em contraste com um aumento substancial dos idosos; falo dos idosos que vivem sós, pois Abrantes é o concelho do Médio Tejo onde se registam mais casos e onde a mortalidade infantil é mais elevada, dados que constam do Diagnóstico Social do Concelho de Abrantes de 2012, último registo a que tivemos acesso. Falo ainda da recente reorientação da política cultural assente numa lógica despesista por via da massificação da compra de espectáculos de entretenimento caindo por terra as patéticas justificações de decisões recentes;

4  
19

das obras suspeitas mesmo em frente ao gabinete +Rua; das ruas do Centro Histórica peçadas de cabos, fios, antenas e aparelhos de ar condicionado; do asfaltamento da estrada de S. Facundo-Vale das Mós prometida há décadas e da reparação das pontes da Esteveira-Vale da Galinha; dos erros inacreditáveis na construção do saneamento básico em S. Facundo e Vale das Mós; da mudança por superior decisão da Sra Presidente e do seu vice, da Galeria de Arte Moderna da antiga galeria de arte para o Edifício Carneiro; da condução do processo de Municipalização da Educação; das obras que não terminam nos novíssimos Centros Escolares, enfim... da incompleta informação disponibilizada para os Membros da Assembleia. Onde está a transparência, a responsabilização política ou, como é tema do discurso, a genuína observância da constituição e dos seus princípios e valores?

Para terminar, na passada quinta-feira, a agência Lusa revelou que PS, PSD e CDS, prepararam um diploma que, prevê a apresentação obrigatória, pelos órgãos de comunicação social, de planos detalhados de cobertura das eleições e referendos locais, a uma comissão mista que fará um "exame prévio" e, quem não entregar ou não cumprir o plano, incorre em coimas. Este ataque vergonhoso e perigoso só pode ter como objectivo eliminar o escrutínio público das políticas que conduziram este país à ruína e condenaram milhares e milhares de famílias à miséria, à fome e ao abandono do país. Onde fica a liberdade de imprensa e a sua orientação editorial consagrada na Constituição? Quantos artigos da Constituição é preciso enumerar para denunciar esta iniciativa digno da Ditadura que foi derrubada a 25 de Abril de 1974 e que supostamente, hoje, deveríamos estar aqui a celebrar na sua plenitude?

O Bloco de Esquerda ergue bem alto a sua voz e pergunta aos representantes de PS, PSD e CDS como é possível terem no seu seio pessoas que propõe legislação digna de um manual da PIDE?

Em nome do Bloco de Esquerda presto sentida homenagem a todas e todos aqueles que durante décadas resistiram das mais diversas formas, nalguns casos com a sua própria vida, na luta pela democracia e em defesa da liberdade.

O Bloco de Esquerda, lutará sempre hipotecando o futuro deste concelho, pela justiça, pela equidade, pela igualdade e pela dignidade humana.

DEFENDEMOS ABRIL, PROSSEGUIREMOS EM MAIO, ESTAREMOS SEMPRE ATENTOS E NUNCA DESISTIREMOS SEJA EM QUE CIRCUNSTÂNCIA FOR! - VIVA A DEMOCRACIA!- VIVA A LIBERDADE! - VIVA O 25 DE ABRIL!

Armindo Silveira





A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

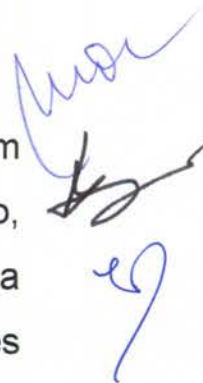
O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal vive hoje um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.

Vive igualmente uma grave e profunda crise económica e social, agravando a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, o Governo intensificou o ataque ao

Poder Local e à sua autonomia, tendo desencadeado um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais declarada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril.



O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa da política dirigida contra os trabalhadores, o povo e o País, em que se insere o ataque ao Poder Local Democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas

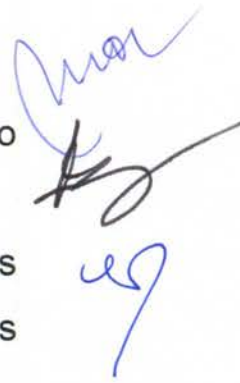


com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

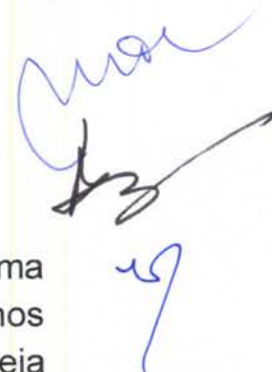
Abrantes, 25 de Abril de 2015

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes

Three handwritten signatures in blue ink are located in the top right corner of the page. The top signature is a cursive name, the middle one is a stylized signature, and the bottom one is a simple, looped signature.

(doc.5)

## **Intervenção da bancada do PSD Assembleia Municipal Extraordinária comemorativa do 25 de Abril**



Ao iniciar esta intervenção não podemos deixar de fazer uma pequena correcção. Com efeito, este ano não se assinalam 40 anos da Constituição Portuguesa, mas sim da eleição da Assembleia Constituinte que teve por missão elaborar a Constituição do pós 25 de Abril. Teremos, pois, que esperar por 2016 para assinalar os 40 anos da Constituição de 1976 que, apesar das revisões de que já foi alvo, continua a ser a Lei Fundamental do Estado Português.

Feita esta pequena correcção, passemos então àquilo que nos traz aqui hoje: a celebração da Democracia e de tudo aquilo que ela apresenta.

No ano passado, na mesma data, tivemos oportunidade de reflectir um pouco sobre alguns dos pressupostos indispensáveis à existência, manutenção e desenvolvimento da Democracia e ainda sobre alguns dos erros cometidos ao longo das últimas décadas em Portugal que têm vindo, de alguma forma, a manchar a nossa democracia. Como é óbvio, não iremos repetir esse exercício aqui, hoje.

Apesar dos muitos erros que, desde o início, foram sendo cometidos, a conquista da Democracia é, sem dúvida, um marco incontornável da nossa História. Na verdade, um olhar atento para o Mundo faz-nos perceber como nos devemos congratular por sermos cidadãos de um Estado de Direito Democrático. A conquista da Democracia deve, assim, ser motivo de orgulho para todos nós.

Porém, e porque somos um povo de memória curta, facilmente esquecemos aquilo que a História nos ensina. E um dos ensinamentos que deveríamos retirar é o de que as conquistas não são irreversíveis. A capacidade para manter algo implica, muitas vezes, atenção, vontade de cuidar, determinação e esforço. Quando assim é, não podemos esquecer ou descurar o precioso objecto que está à nossa guarda, pois de outra forma corremos o risco de o



perder. A Democracia é para nós um bem precioso e cabe-nos a nós cidadãos portugueses, cuidar e zelar pela nossa.

Nas comemorações do ano passado terminámos a nossa intervenção formulando um desejo: “que a entrada nos “entas” da democracia portuguesa (...) lhe traga (...) a serenidade e a maturidade indispensáveis às transformações que o País necessita e exige” e que “mostre à democracia portuguesa e aos políticos portugueses que, ao contrário da mulher de César, não importa parecer, mas sim ser!”

De facto, celebrar a Democracia, ano após ano, não chega. De nada serve passar um dia por ano a falar dela e a enaltecê-la, quando os restantes 364 ou 365 dias são passados a atropelá-la e a procurar encaminhá-la para armadilhas que a tornem prisioneira de si própria. Qual o valor de um bonito embrulho se o que ele contém está impróprio? Deixemo-nos de hipocrisias e assumamos, de uma vez por todas, que a democracia portuguesa está doente, fruto dos maus tratos continuados a que foi sujeita ao longo de muitos anos.

A essência da Democracia está nos princípios em que assenta, nos valores que prossegue e nas práticas associadas à sua vivência. De nada serve estar coberta do melhor e mais dispendioso verniz se o interior está corroído ou em estado de decomposição. Mais tarde ou mais cedo, este interior revelar-se-á: ferverá e eclodirá corrompendo e abrindo fendas no fantástico e dispendioso invólucro.

Parece ter sido justamente isto que aconteceu no último ano: a podridão há muito escondida eclodiu e Portugal tem estado a viver um dos períodos mais tristes da sua história. Há desgraças e situações adversas que não podemos evitar e que, por isso nos ultrapassam. Mas quando percebemos que elas são o resultado de actos conscientes e deliberados de quem, tendo recebido a nossa confiança e tendo assumido o compromisso de cuidar da democracia e de zelar pelos interesses de todos nós não o fez sentimo-nos desiludidos ou mesmo revoltados. Temos sensação semelhante perante um trágico acidente. A forma como o aceitamos

e processamos é completamente diferente se aquilo que o causou foi uma causa natural ou se se deveu a uma falha humana absolutamente evitável.

Quando o tal interior impróprio eclode, vivemos o momento do choque e da dura tomada de consciência. E é somente aqui que as pessoas, simultaneamente surpresas e incrédulas, se dão conta da sua própria responsabilidade. Afinal, descuidaram elas próprias o precioso objecto, não se assegurando devidamente que o mesmo estava a ser bem cuidado por aqueles em quem tinham depositado a sua confiança.

O ambiente torna-se então tenso e constrangedor, numa mescla de sentimentos muitas vezes contraditórios. A confiança fica fortemenete abalada, a indignação e a'frustração ganham protagonismo, as declarações de intenção proliferam, as ideias baralham-se, as mobilizações de massas tornam-se frequentes, mas... aos poucos e poucos, o comodismo e o fatalismo que nos caracterizam e que tanto jeito dão ganham expressão e, sem grandes tormentas tudo volta à insana normalidade, aquela que resulta da memória curta que referimos anteriormente e que permite que, com alguma facilidade e ligeireza os bandidos se tornem heróis. Afinal, não é assim que acontece tantas vezes na banda desenhada e nas séries de entretenimento?

Por tudo isto, parece ser tempo de, em Portugal, se ir além da comemoração da conquista da democracia. Ficar só por isto é condená-la. Em Portugal a democracia precisa de ser repensada com seriedade e determinação. Urge que o façamos. A Democracia que temos não serve, pois assenta em pilares que a comprometem:

- a corrupção e o seu aliado clientelismo;
- a incompetência e a consequente prepotência;
- a mentira e a inevitável manipulação que lhe está associada;
- a incapacidade de aceitar opiniões divergentes numa lógica onde predomina a intolerância, bem ilustrada na expressão "ou estás comigo ou estás contra mim";



- o ataque pessoal como forma de camuflar a falta de argumentos que a impreparação e a falta de rigor proporcionam;

- governantes sem carácter e sem ética.

Enfim, como dizíamos, é indispensável que se questione e se repense este modelo de Democracia. Não queremos que as gerações vindouras paguem a pesada factura dos nossos erros, do nosso comodismo e da nossa incapacidade para exercer uma cidadania responsável. Em alternativa a este modelo queremos uma democracia assente:

- na seriedade e respeito pelo outro;

- na competência e no rigor;

- na verdade e na transparência;

- no debate de ideias aberto e esclarecido, capaz de retirar das diferenças e das divergências as melhores soluções;

- na cordialidade e no reconhecimento do outro;

- no exercício ético do poder.

Enfim, uma democracia que lhe devolva a confiança que ela própria pressupõe. Recusemos, com determinação, o exercício do poder àqueles que mais se assemelham a “vendedores da banha da cobra”. Perdoem-me a expressão, mas é, de facto, o que me ocorre chamar a quem consegue, simultaneamente, como que por artes mágicas, estar na origem do problema e ter a solução para o mesmo, como os incendiários que depois de lançarem o fogo correm para o quartel de bombeiros a oferecer a sua ajuda.

E se alguns de nós ainda não deram o primeiro passo, aproveitemos este momento de comemoração do 41º aniversário do 25 de Abril para o fazer. Se queremos uma democracia a sério, capaz de assegurar a paz e o bem-estar social, a coesão territorial, o desenvolvimento sustentável que desejamos e que seja para nós, enquanto país, motivo de orgulho, não percamos mais tempo. A mudança verdadeira e consistente, que implica a mudança de mentalidades, demora tempo e depende de todos nós.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page.

Obrigada pela vossa atenção!

Man  
by  
62



1  
(doc. 6)  
Man  
7

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes

Senhora Presidente do Município de Abrantes

Senhoras e senhores Deputados Municipais

Senhoras e senhores Vereadores

Caros Munícipes

Caros Conterrâneos

*Senhoras e Senhores Convidados*

Cumprem-se hoje mais de quatro décadas em que Portugal e o seu povo renascem para o mundo, terminando o sufoco de um país que vivia de forma extemporâneo. Último império colonial do mundo ocidental, travava uma guerra em três frentes africanas contra movimentos de libertação solidamente apoiados pelo terceiro mundo e fazia face a sucessivas condenações das Nações Unidas e à incomodidade dos seus tradicionais aliados. Para os jovens de hoje, será talvez difícil imaginar o que era viver neste Portugal, em que o serviço militar era obrigatório e durava quatro anos, onde rara era a família que não tinha alguém a combater em África, a expressão pública de opiniões contra o regime e contra a guerra era severamente reprimida pelos aparelhos censório e policial, os partidos e os movimentos políticos encontravam-se proibidos, as prisões políticas cheias, os líderes oposicionistas exilados, os sindicatos fortemente controlados, a greve interdita, o despedimento facilitado, a vida cultural apertadamente vigiada. Recordá-lo é também urgente perante tentativas em curso de "branqueamento" desses anos ou de evocação preferencial dos excessos revolucionários. A anestesia cívica a que o povo português esteve sujeito décadas a fio, é em grande parte responsável pela euforia revolucionária que se viveu a seguir ao 25 de abril. Todos os que sentiram com entusiasmo o 25 de abril de 1974, devem empenhar-se em manter viva esta data e transmitir aos nossos jovens o significado profundo, do encontro de Portugal com a liberdade e democracia. Nós, porque também fizemos essa transição, não poderíamos deixar passar a oportunidade de

contribuir para o renovar da nossa memória colectiva. E como cidadão que recusa a discriminação do ser humano e pugna pela igualdade de género, aproveito para lembrar mais uma grande vitória importante do 25 de Abril. A transformação do papel da mulher na organização da família. Vencida a batalha da igualdade e conquistada a liberdade através do trabalho exterior, a mulher reinventa o seu papel e impõe novas representações sociais. A mulher "moderna" apesar de rodeada de computadores, livros, papéis, telefones, telemóveis e reuniões, continua a ser uma mãe cuidadosa e atenta.

Assumindo o poder político, a mulher ganha os instrumentos para fazer com que a condição de mãe deixe de ser uma limitação, uma especificidade feminina ao serviço dos homens e dos filhos. As mulheres foram reconhecidas como cidadãs de plenos direitos: têm acesso a todas as profissões, podem votar, ter contas bancárias, possuir passaporte e sair do país sem autorização escrita dos maridos, o que antes da revolução era impensável.

Percorridos que são quarenta e um anos, novas realidades se apresentaram, romperam-se os laços sociais e políticos com o passado, Portugal passou a ser uma sociedade plural, vive a e em liberdade.

Viver a Liberdade ou, Viver em Liberdade é o que todo o ser humano deseja e foi o maior anseio daqueles que tantos sacrifícios passaram, para que todos nós pudéssemos hoje viver a:

- Liberdade de informação;
- Liberdade política;
- Liberdade de criação artística/cultural;
- Liberdade de manifestação.

Foi neste sentido, que o movimento dos capitães programou para aquela madrugada de quinta-feira do dia 25 de Abril de 1974, abrir uma nova alvorada de inovação e progresso para todos os portugueses.

Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhora presidente do Município de Abrantes, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, caros munícipes, caros conterrâneos. Nesta semana que está a decorrer, comemoram-se os quarenta anos das primeiras eleições livres que



conduziram à elaboração da constituição da república portuguesa aprovada em 1976 pela assembleia constituinte, da qual fazia parte como deputado eleito pelas listas do PS o abrantino Manuel Pereira Dias. Ao evocar esta efeméride, não poderia deixar de recordar esta figura representativa também dos ideais da liberdade, que com 19 anos de idade já desenvolvia uma intensa actividade política. Reforçando a oposição ao regime do Estado Novo. Em 1949, participou na campanha de Norton de Matos à presidência da República. Em 1976 é eleito para a Assembleia Municipal de Abrantes pelas listas do Partido Socialista, do qual já era militante e fundador, onde esteve ao longo de trinta e seis anos, até 2013. O senhor Manuel Dias, como era tratado, com mais de oito décadas de vida, foi forçado neste ano de 2015 a ausentar-se do nosso convívio, mas manter-se-á sempre presente na lembrança de todos os democratas republicanos, como exemplo da preocupação constante pelo bem do outro, era um adepto incondicional do 25 de Abril.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente do Município, caros munícipes.

Em Abrantes e no seu Concelho, obviamente que também aconteceu, 25 de Abril. Foram então iniciadas as reformas necessárias para obviar à viabilização do processo revolucionário. Houve necessidade de reunir as pessoas competentes para o início dessa “transformação”, no sentido de assegurar o cumprimento dos nossos direitos e deveres perante a sociedade com a consciência plena das responsabilidades. Não poderíamos deixar de aproveitar este momento para recordar, e de certa forma também homenagear, aqueles que iniciaram o “nosso” 25 de Abril. Que iniciaram no nosso Concelho, uma das grandes vitórias da “revolução de Abril” que constitui um dos pilares estruturantes da democracia, que é o Poder Local Democrático. Referimo-nos aos homens que em 17 de Julho de 1974 formaram a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Abrantes:

Presidente – **Francisco Lopes Correia Semedo** – MDP/CDE;

Vice-Presidente – **José Joaquim Brito Ribeiro Vasco** – MDP/CDE;

Vogal – **José dos Santos de Jesus** (Bioucas) – PS;

Vogal – **Manuel Pereira Dias** – PS;

Vogal – **João Camarinhas dos Reis** – PS;

Vogal – **Afonso da Silva Campante** – PCP;

Vogal – **José da Silva Graça Vieira** – PPD/PSD.

Fizeram ainda parte desta Comissão Administrativa até à primeira eleição do executivo para o primeiro mandato, **Jorge Miranda, Carlos Alberto Marchão, Nuno Rosa da Silva Barata, José Lourenço Lopes Oliveira e Anacleto da Silva Batista.**

Foram estes homens que, como dissemos atrás deram início ao caminho para a transformação do nosso concelho no sentido de ultrapassar de forma positiva a batalha do desenvolvimento, do crescimento económico, da capacidade competitiva, da qualificação, da justiça social, da criação de melhores infra-estruturas, de melhorar o saneamento básico, da renovação da rede viária, da educação, da cultura, do desporto e do ambiente.

Tem sido assim, ao longo dos vários mandatos, desde 3 de Janeiro de 1977, nas primeiras eleições livres para o poder autárquico, em que foi empossada a primeira vereação da Câmara Municipal de Abrantes, vão sendo estas, de um modo geral, as principais linhas orientadoras da gestão do município. E o pluralismo partidário esteve sempre presente o que, era inconcebível antes de “Abril de 74”, quer na Câmara Municipal como na Assembleia e muito se foi conseguindo e outro tanto está por fazer.

Pese embora o pluralismo de ideias através dos programas partidários concorrentes aos vários executivos municipais, o Partido Socialista de Abrantes tem contribuído, para o desenvolvimento estratégico e construção de um planeamento relevante. Por isso têm sido os seus candidatos a merecer a confiança dos cidadãos do Concelho para a gestão dos destinos da autarquia desde o 25 de Abril. Sendo oposição apenas por um mandato, foram também um grande exemplo de responsabilidade política.



Os sinais dos tempos, exigem uma união de esforços e uma condição política fundamental. A mobilização de uma região para o seu desenvolvimento, não é trabalho de um. Não é trabalho de cada um por si.

*O planeamento estratégico e compreensivo, o planeamento com consequências, o planeamento capaz de ser transformador, e transformar mesmo a realidade, só pode ser o planeamento que é partilhado e apropriado pelos agentes de desenvolvimento que se movimentam no concelho.*

Porque define muito bem o que podemos esperar da autarquia, não poderei deixar de recordar as palavras de quem lidera a equipa governativa do município de Abrantes:

“Exigência e sentido de responsabilidade continuam a ser palavras-chave que pautam a nossa atuação. E criatividade, na medida em que sabemos que precisamos de construir um novo paradigma de desenvolvimento, com menos recursos, mas mais solidário e mais atento à dignidade humana e à justiça social. Com a sociedade civil, as empresas e as instituições do concelho, queremos trabalhar mais na construção da esperança e da confiança no futuro.” (fim de citação)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente do Município de Abrantes, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores Vereadores, caros munícipes. Os problemas do homem dos nossos dias parecem resumir-se à relação indivíduo-sistema económico e assim se confunde frequentemente onde começa o poder do Estado e onde finda a liberdade dos cidadãos. Pensamos que não deve continuar emperrada a acção das estruturas e das instituições e ser desbloqueado o sistema tentando, social e politicamente, dar uma resposta ao desafio dos tempos, renovando a defesa dos valores sociais de cidadania, solidariedade e humanização no sentido de erradicar a pobreza em todos os aspectos. No final da minha alocução reafirmo que uma das grandes virtudes do 25 de Abril de 1974, foi proporcionar uma das mudanças mais significativas e mola impulsionadora no desenvolvimento da sociedade portuguesa, a criação do Poder Autárquico Democrático. Também por isso, devemos preservar e continuar Abril.

**Termino senhor presidente com palavras de Manuel Alegre**



**Abril de Sim Abril de Não**

Eu vi Abril por fora e Abril por dentro  
vi o Abril que foi e Abril de agora  
eu vi Abril em festa e Abril lamento  
Abril como quem ri como quem chora.

Eu vi chorar Abril e Abril partir  
vi o Abril de sim e Abril de não  
Abril que já não é Abril por vir  
e como tudo o mais contradição.

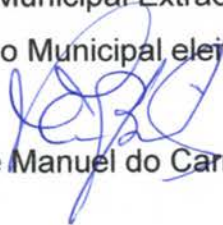
Vi o Abril que ganha e Abril que perde  
Abril que foi Abril e o que não foi  
eu vi Abril de ser e de não ser.

Abril de Abril vestido (Abril tão verde)  
Abril de Abril despido (Abril que dói)  
Abril já feito. E ainda por fazer.

Abrantes e Assembleia Municipal Extraordinária em 25 de Abril de 2015

O Deputado Municipal eleito nas listas do PS

Jorge Manuel do Carmo Beirão





(doc.7)



Senhora Presidente da Câmara Municipal,  
Senhor Professor Pedro Bacelar Vasconcelos,  
Senhoras e senhores Vereadores,  
Senhoras e senhores Deputados Municipais,  
Senhora Presidente da CCDR Centro,  
Senhora Diretora Regional da Agricultura,  
Senhores representantes das instituições militares,  
Senhor Cônego José da Graça,  
Senhoras e Senhores representantes da Comunicação Social,  
Senhoras e Senhores Convidados,  
Senhoras, Senhores

Há 40 anos atrás, neste dia 25 de Abril, fruto do trabalho do movimento dos capitães que libertou Portugal de uma longa ditadura, a esta hora era grande a participação nas primeiras eleições livres que tinham como objetivo a eleição da Assembleia Constituinte.

Quarenta anos já decorridos de liberdade de expressão, quarenta anos em que, sem amarras, o povo português tem podido manifestar-se e, sem medo e através do voto exerce o seu direito de decidir sobre as coisas da sua terra, o que antes só a alguns e muito especialmente era dado esse privilégio.

Hoje, assinalamos quarenta anos das eleições para a Assembleia constituinte.

Efetivamente, a 25 de Abril de 1975, traduzindo o querer de um Estado de Direito democrático conquistado e doado ao povo português pelos valorosos militares de Abril, Abril de 1974, muitos de nós puderam participar nas primeiras eleições livres e democráticas das nossas vidas, eleições que tinham como único e grande objetivo a elaboração da Constituição da República Portuguesa.

Por esse facto, aqui, nestas eleições e em boa verdade, iniciou-se a vida da Constituição da República Portuguesa, que entrou em vigor a 25 de abril de 1976 e que no essencial ainda está em vigor.

O embrião pensado, a Constituição da República Portuguesa, começava a ser gerado.

Soberbo este pensamento. Soberbo, como hoje se confirma, porque o ano que se seguiria, de trabalho intenso, difícil e de imensa sabedoria dos brilhantes parlamentares que fizeram a Constituição, tem garantido que apesar dos fortes ataques que lhe têm sido movidos, o povo português viva em democracia.

Nesse diploma, a Assembleia Constituinte afirmou através dele, muitos e importantes princípios, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A decisão do povo português de defender a independência nacional;

A garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos;

Estabelecer os princípios basilares da democracia;

Assegurar o primado do Estado de Direito democrático;

Tudo no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

Sonhadores aqueles deputados constituintes, criadores de utopia?



Aqueles sabedores democratas sabiam e vai ficando demonstrado: O sonho comanda a vida.

Esses parlamentares souberam colocar na nossa lei fundamental um conjunto de regras, instrumentos reguladores, instrumentos capazes de fazer desenvolver e defender a democracia.

Alimentados pelo mesmo sonho dos capitães de Abril e nos cravos que se substituíram às balas, produziram a lei fundamental, que tanto e em tantas vezes nos tem servido como arma, arma de defesa, arma de paz.

Não fora essa “força”, tantos têm sido os ataques, já se confundiria com a Constituição de 1933, que serviu de embarcação ao governo de Salazar.

Recordarei por isso e não me cansarei!

Foi a coragem, o arriscar, o saber colocado nesse arriscar e a determinação sem limites dos jovens capitães de Abril, nesse glorioso 25 de Abril de 1974, tudo isso embelezado por uma mão cheia de sonhos, que permitiu a liberdade e a soberania ao povo português, mas desde logo com um desafio, construir o futuro.

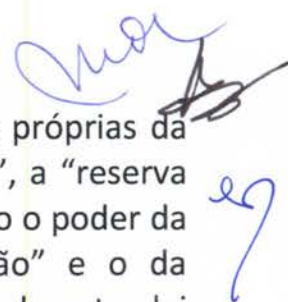
Desafio que aceitámos, desafio que continuámos, desafio que é imperioso seja prosseguido.

Saúdo também por isso o movimento do 25 de Abril de 1974 que conquistou para nós o direito de aqui podermos estar em liberdade, fazendo uso do legado que igualmente nos conferiram, a liberdade de expressão. Liberdade de expressão, quero notar e dirigindo-me especialmente aos mais novos que sempre dela usufruíram, o seu uso era, no antes 25 de Abril, fortemente reprimido, ela era proibida e quantas vezes foi motivo para tantas e tantas injustas prisões

A Constituição é a lei suprema do país. Consagra os direitos fundamentais dos cidadãos, os princípios essenciais por que se rege o Estado português e as grandes orientações políticas a que os seus órgãos devem obedecer, estabelecendo também as regras de organização do poder político.

Define a estrutura do Estado, ou seja as funções dos quatro órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais) e dos órgãos de poder político (regiões autónomas e autarquias) e a forma como se relacionam entre si.

Todas as outras leis têm que respeitar a Constituição. Se não a respeitarem, são inconstitucionais e, por isso, inválidas.



Nessa obrigação de respeitar são claras as competências legislativas, as próprias da Assembleia da República a “reserva absoluta de competência legislativa”, a “reserva relativa de competência legislativa”, como também ficou claro e manifesto o poder da Assembleia da República no domínio da “competência da fiscalização” e o da “apreciação parlamentar de actos legislativos” que se aplica aos decretos-lei (competência do governo).

Também as dos tribunais.

E ...Tanta vez tem sido solicitado a intervir o Tribunal Constitucional ...

Quanto tem sido árduo o trabalho do Tribunal Constitucional!

Tudo o que ficou consignado na Constituição tem sido garantido?

Não pretendo fazer juízos de valor, mas como interveniente em muitas áreas e espectador atento à generalidade da vida, não deixo de observar, não deixo de registar, não consigo ficar numa de ... seja o que Deus quiser.

Senhoras e senhores

Não foi lapso a letra da convocatória desta Assembleia Municipal extraordinária “**25 de Abril, 40 anos de Constituição da República Portuguesa**”.

Pretendi que na evocação desta data que nos é querida, se pudesse olhar a Constituição com a importância que ela tem, um garante da democracia.

Foi também a afirmação de sentirmos como coisa nossa e a preservar o sonho dos corajosos Capitães de Abril.

Cabe-nos a nós, em cada dia, lutar por isso!

Viva o 25 de Abril, viva o Portugal democrático, livre e independente.

António Mor

25Abril2015